

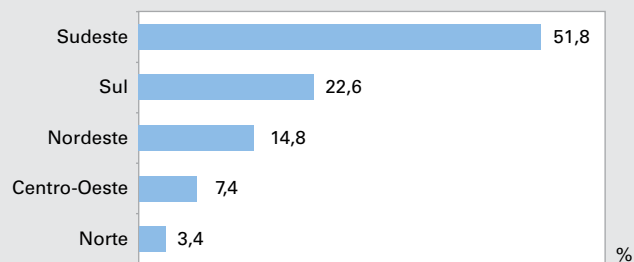
Análise dos resultados

Caracterização da entidade e supervisão

A Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS, realizada em 2006, levantou informações sobre 16 089 entidades, distribuídas de forma bastante desigual pelo território brasileiro. A Região Sudeste concentra 51,8% das entidades, seguida pela Região Sul, com 22,6%, Nordeste, com 14,8%, Centro-Oeste com 7,4% e Norte com 3,4%. Na análise por Grandes Regiões, as informações do Gráfico 1 mostram que a grande concentração de entidades na Região Sudeste deve-se, principalmente, a participação do Estado de São Paulo, que reúne 29,6% de todas as entidades do Brasil. Juntamente com Minas Gerais e Paraná, esses três estados totalizaram mais da metade (55,6%) de todas as Entidades de Assistência Social - EAS do País em 2006.

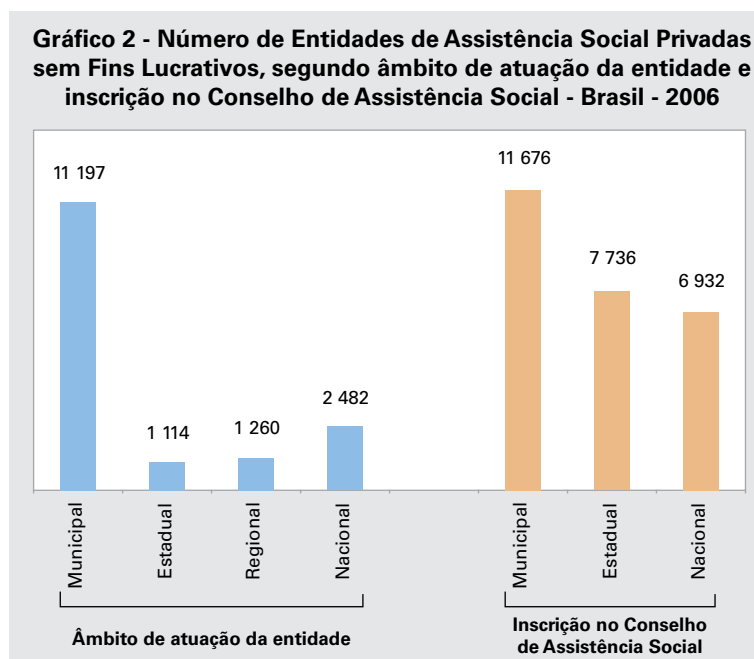
Uma outra informação igualmente relevante para a caracterização da entidade diz respeito à existência ou não de alojamento. De acordo com a PEAS, apenas 23,5% das entidades possuíam alojamento, ou seja, instalações para serviços que implicam pernoite ou moradia do usuário.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, segundo Grandes Regiões - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

No que se refere ao âmbito de atuação da entidade, a pesquisa mostrou que a grande maioria das mesmas atua na esfera municipal (11 197 entidades ou 69,9%). Em seguida encontram-se 2 482 entidades (15,4%) que exercem atividade com abrangência nacional, 1 260 (7,8%) que atuam no nível regional e 1 114 (6,9%) no âmbito estadual, como mostra o Gráfico 2. Cabe destacar os Estados do Tocantins e Ceará que apresentaram 86% e 77%, respectivamente, de suas entidades atuando no âmbito municipal. Já Mato Grosso e Distrito Federal apresentaram 35% e 36%, respectivamente, de suas entidades atuando no âmbito nacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Passando à análise do processo de institucionalização das entidades, o Gráfico 2 mostra que 72% das EAS possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. A relevância dessa informação fica evidente na redação do Art. 9º da Lei nº 8.742, de 07.12.1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que afirma: “O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso”. Em outras palavras, 28% das EAS ainda não possuem inscrição e, portanto, encontram-se em situação não adequada ao estabelecido pela LOAS.

É interessante observar que o número de EAS que possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social é superior àquelas entidades que atuam somente no âmbito municipal, o que, num primeiro momento, poderia causar certa surpresa, se pensarmos que a inscrição no Conselho Municipal restringe a atuação da entidade ao âmbito local. No entanto, a análise do Art. 9º da LOAS, em seu Parágrafo 3º, mostra que a condição básica para que uma entidade de assistência social (que atue em qualquer âmbito) possua inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social é sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

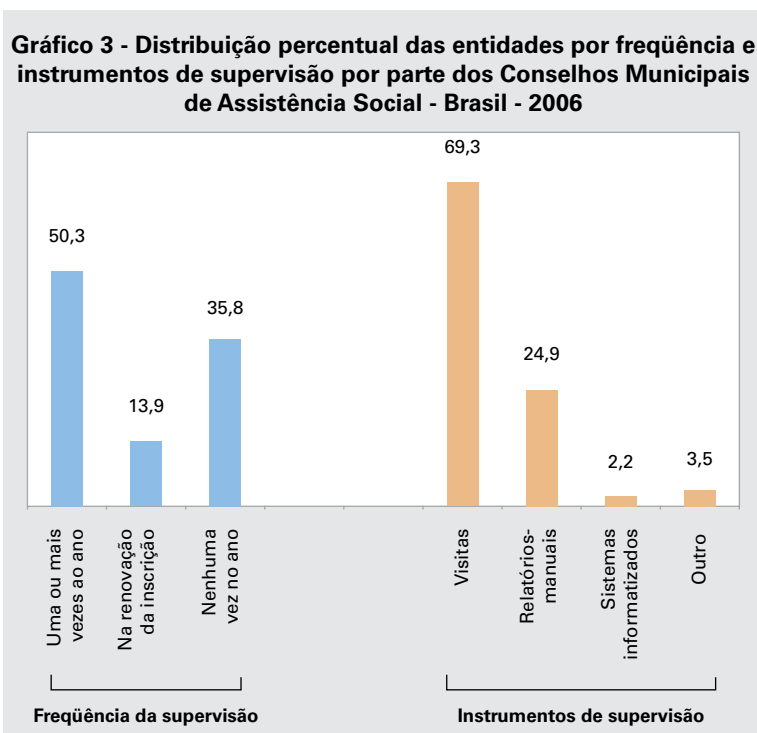
A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o en-

caminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Os Conselhos, por seu turno, podem ser definidos como órgãos colegiados que ensejam a participação popular na gestão de políticas públicas. Eles representam um dos canais de comunicação entre a sociedade civil e a administração (local, estadual ou nacional), no que diz respeito ao processo de formulação e implementação de políticas (no caso em questão, das políticas de assistência social). A característica básica dos Conselhos de Assistência Social encontra-se no fato de sua estrutura ser marcada por uma composição paritária (número igual de representantes do governo e sociedade civil) e no seu caráter deliberativo, isto é, as decisões transformam-se em ações.

Nesse sentido, uma das atribuições dos Conselhos Municipais de Assistência Social é supervisionar o funcionamento das entidades, que ocorrem, por sua vez, segundo frequências diferenciadas. As informações contidas no Gráfico 3 mostram que a maior proporção das supervisões ocorrem mais de uma vez no ano (50,3%). Por outro lado, é elevada a proporção de entidades que não são objeto de nenhum tipo de supervisão (35,8%). Dentre os instrumentos de supervisão utilizados pelo Conselho Municipal de Assistência Social foram mencionadas em primeiro lugar as visitas (69,3%), seguidas pelos relatórios manuais (24,9%), e pelos sistemas informatizados (2,2%).

Da mesma forma que os Conselhos Municipais, o órgão gestor da assistência social também é responsável pela supervisão das entidades. Nesse sentido 59,6% das entidades declararam sofrer supervisão por parte deste órgão em uma ou mais vezes ao ano. Como se observa na Tabela 17 de resultados, a incidência de supervisão é proporcionalmente maior nas entidades com alojamento (71,6%) do que nas entidades sem alojamento (55,9%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

A inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social é condição necessária para uma entidade se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e/ou Organização Social - OS. O Gráfico 2 mostra a existência de 6 932 entidades que possuem inscrição no respectivo Conselho. Destas, 2 629 (38%) são qualificadas como OSCIP e 4 065 (58,7%) como OS.

Financiamento e parcerias

Das 16 089 entidades, 8 964 (55,7%) recebem algum financiamento público das esferas municipal, estadual ou federal. O financiamento municipal é o que mais se destaca, atingindo 7 613 (84,9%) entidades que recebem financiamento público, seguido pelo financiamento estadual e federal que chegam a, respectivamente, 39,5% e 40,5% das entidades. Ressalte-se que uma mesma entidade pode receber financiamento simultâneo de diferentes esferas governamentais e de fontes privadas, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, por fontes de financiamento, segundo Unidades da Federação - 2006

Unidades da Federação	Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos						
	Total	Fontes de financiamento					Outras (2)
		Privada (1)	Pública				
			Total	Federal	Estadual	Municipal	
Brasil	16 089	14 799	8 964	3 630	3 542	7 613	3 741
Rondônia	97	89	50	21	24	41	20
Acre	11	9	9	3	8	3	1
Amazonas	60	43	31	14	22	18	17
Roraima	8	7	1	1	-	-	1
Pará	266	233	101	39	30	77	72
Amapá	15	13	6	3	5	2	2
Tocantins	95	68	72	24	56	49	14
Maranhão	288	237	134	49	30	96	65
Piauí	164	142	89	35	19	66	21
Ceará	392	336	193	85	79	134	99
Rio Grande do Norte	189	155	96	50	37	58	56
Paraíba	177	167	57	27	23	38	38
Pernambuco	446	372	227	95	56	140	97
Alagoas	81	71	29	12	8	18	20
Sergipe	90	74	55	27	28	35	10
Bahia	555	500	328	117	160	229	122
Minas Gerais	2 391	2 263	1 385	505	337	1 250	480
Espírito Santo	224	208	136	71	59	113	39
Rio de Janeiro	956	887	396	138	142	312	235
São Paulo	4 761	4 452	2 637	1 027	1 140	2 385	1 191
Paraná	1 780	1 608	1 153	516	438	1 027	405
Santa Catarina	652	616	456	211	252	396	139
Rio Grande do Sul	1 199	1 147	736	301	272	653	328
Mato Grosso do Sul	239	212	166	75	120	153	58
Mato Grosso	306	271	140	70	63	120	67
Goiás	455	439	236	89	107	189	91
Distrito Federal	192	180	45	25	27	11	53

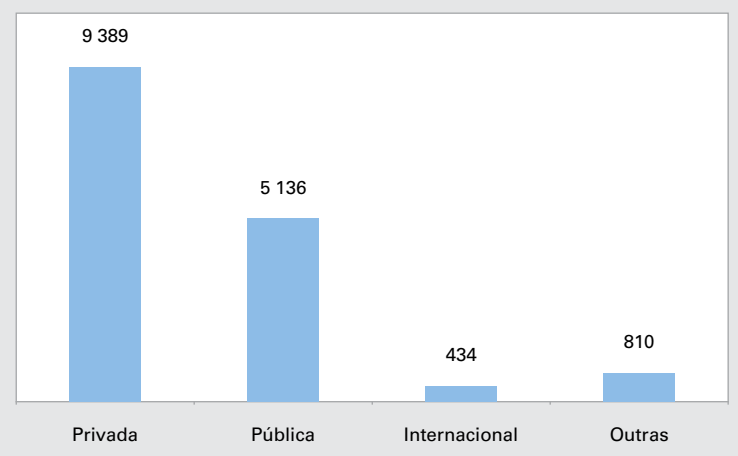
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Nota: Uma mesma entidade pode receber financiamento de diferentes fontes (públicas, privadas e outras).

(1) Compreende fontes de financiamento privada, própria ou contribuição voluntária. (2) Inclusive fonte de financiamento internacional.

Quando analisada a principal fonte de financiamento, considerada como aquela que disponibiliza a maior quantidade de recursos para a entidade, pode-se notar, pelo Gráfico 4, que 59,5% das entidades têm como fonte principal recursos de origem privada (que englobam recursos próprios, privados e contribuição voluntária), dado coerente com a própria natureza do objeto investigado. Outras 32,6% são financiadas majoritariamente por recursos públicos; 2,1% por recursos provenientes de outros países; e 5,1% por outros tipos de recursos não relacionados.

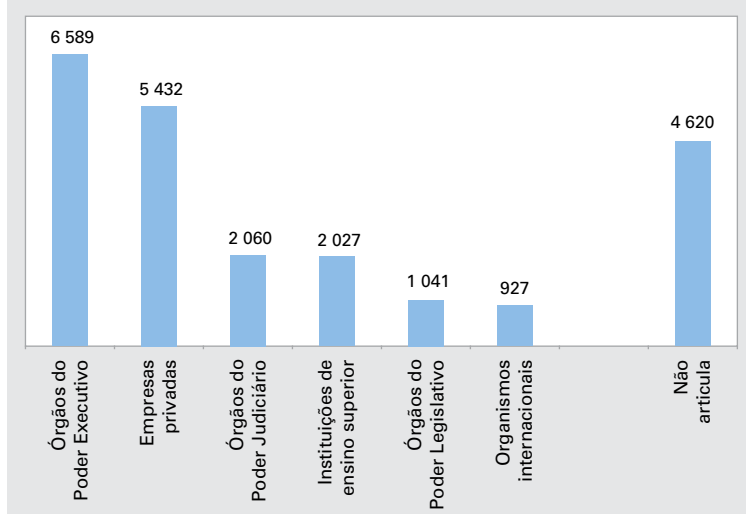
Gráfico 4 - Número de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, segundo a fonte de financiamento que disponibiliza a maior quantidade de recursos das entidades Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Acerca das organizações com as quais a entidade articula parcerias para a complementação de seus serviços, prevalecem as parcerias com os órgãos do Poder Executivo, seguidos pelas empresas privadas (Gráfico 5). Por outro lado, 4 620 entidades (28,7%) não articulam nenhum tipo de parceria.

Gráfico 5 - Principais organizações que articulam parcerias com as Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos para a complementação de seus serviços - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Caracterização do público-alvo e da principal atividade

Faixa etária

Seguindo as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, as EAS devem atender a todas as faixas etárias, buscando assim suprir as necessidades básicas do seu público-alvo. Foi examinado pela PEAS o perfil etário da população atendida pelas entidades, em quesito que admitia múltipla marcação, sendo interessante notar que o atendimento realizado à população de uma determinada faixa etária pode incluir outras.

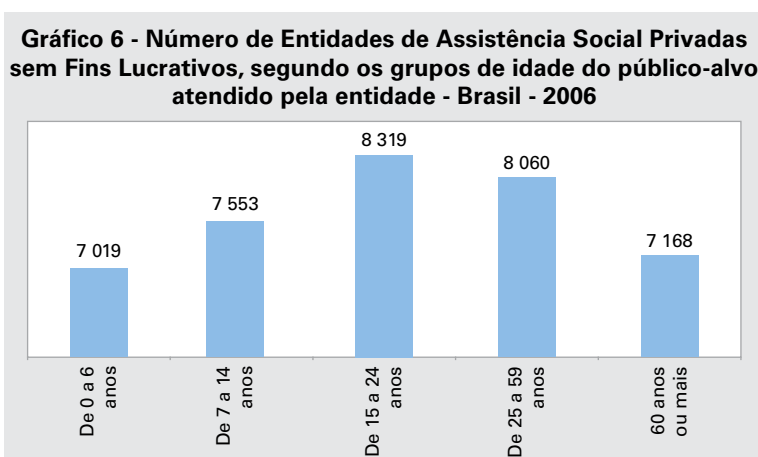
No universo das EAS pesquisadas, cerca de 51,7% atendem a um público nas faixas etárias que se estendem dos 15 aos 24 anos, caracterizando um atendimento prioritário ao público jovem, como mostra o Gráfico 6. Seguem essa tendência nacional a maioria dos estados.

Na Região Sudeste, destacam-se São Paulo, o estado com maior número de entidades com cerca de 47,7% de atendimento nessa faixa etária, e Minas Gerais com 49,7% de atendimento na mesma faixa etária. Diferentemente das outras duas Unidades da Federação, no Rio de Janeiro sobressaem as entidades com atendimentos nas faixas etárias de 0 a 6 anos (51,6%) e 60 anos ou mais (47%).

No Sul, segunda região com maior número de EAS (22%), destacamos o Rio Grande do Sul que, como o Rio de Janeiro, segue uma tendência diferente das demais Unidades da Federação. Das entidades pesquisadas no estado, 51% atendem ao público na faixa etária de 7 a 14 anos.

No Nordeste, com 14,8% das entidades, sobressaem-se no atendimento à faixa etária de 15 a 24 anos os Estados da Bahia (60,7%), Ceará (63%) e Pernambuco (51%). Na Região Norte, por sua vez, destacam-se os Estados de Rondônia (66%) e do Pará (62%), no atendimento à faixa etária de 25 a 29 anos e no Estado do Tocantins 75% das entidades atendem à faixa etária de 7 a 14 anos.

E, por fim, na Região Centro-Oeste, há diferenças entre os estados quanto à caracterização etária do público atendido. No Mato Grosso e em Goiás, destacam-se os atendimentos na faixa entre 25 a 59 anos com, respectivamente, 65,6% e 57,5%. No Distrito Federal, há um peso maior no atendimento às crianças entre 0 e 6 anos (52%), seguido pelo atendimento ao público entre 15 a 24 anos (48,9%).

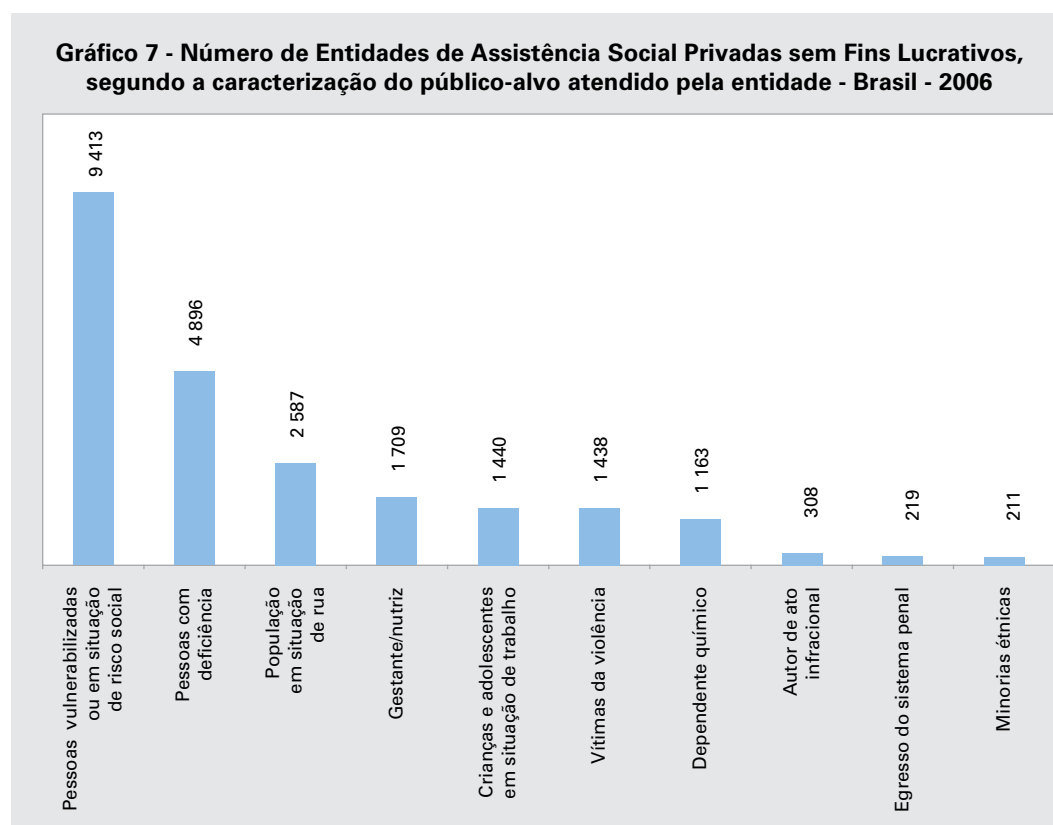


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Público-alvo atendido pela entidade

As Entidades de Assistência Social são instituições voltadas para o atendimento de grupos específicos da população, tais como: crianças, adolescentes e jovens, idosos, pessoas com deficiência e outros. Diversas dessas entidades, embora se definam por um atendimento específico a determinado grupo, acabam por agregar outros grupos, com diferentes necessidades específicas.

Quando perguntado sobre a caracterização do público-alvo atendido pelas entidades (o que admitia mais de uma resposta), verificou-se uma maior proporção de entidades que atendem às pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social, com 9 413 entidades, 59% do total no País, seguidas das que atendem pessoas com deficiência (4 896 entidades ou 30%) e das que atuam com população em situação de rua (2 587 entidades ou 16%), como mostra o Gráfico 7. Na Região Sudeste, o atendimento aos grupos mencionados acima fica em torno de 50% do total das entidades. Seguem a Região Sul, com 20% e a Região Nordeste, com 15%. Nestas regiões se destacam, na atenção aos referidos grupos, respectivamente, São Paulo (54%), Paraná (54%) e Bahia (26%). No extremo oposto, as entidades que atendem às minorias étnicas e aos egressos do sistema penal estão em muito menor proporção no conjunto do País (1%).



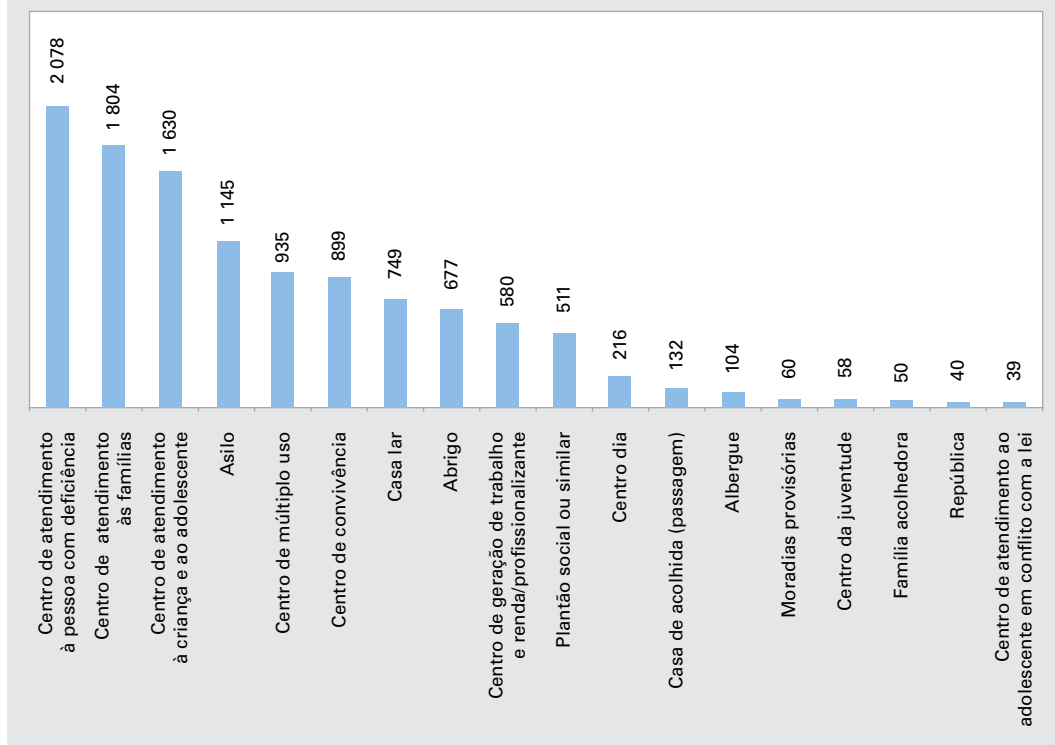
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Definição da entidade e principais serviços realizados

Das entidades pesquisadas, em maior número estavam as que se autodefiniram como “Centro de atendimento à pessoa com deficiência” (2 078 do total de entidades

no País), que presta atendimento especializado, de forma sistematizada e continuada, às pessoas portadoras de deficiência. A seguir, entidades que se autodefiniram como “Centro de atendimento às famílias” (1 804 entidades), cujo principal objetivo é o atendimento sistemático e intersetorial às famílias em seu contexto comunitário, visando à orientação e convívio sociofamiliar e, depois, entidades que se autodefiniram como “Centro de atendimento à criança e ao adolescente” (1 630), destinado ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal e social (Gráfico 8)².

Gráfico 8 - Número de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, segundo o tipo - Brasil - 2006

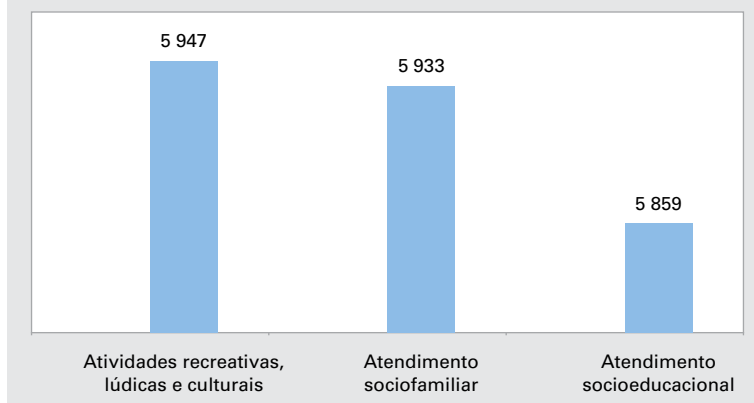


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Os principais serviços realizados pelas entidades pesquisadas são aqueles que visam a socialização, cuidados com a família e ao desenvolvimento socioeducacional das pessoas atendidas. Sobressaíram as menções feitas aos serviços que executam atividades recreativas, lúdicas e culturais (5 947 entidades), os que realizam atendimento sociofamiliar (5 933 entidades) e os que realizam atendimento socioeducacional (5 859 entidades), conforme o Gráfico 9. É importante ressaltar que os serviços podem se sobrepor em uma mesma entidade. Também é digno de nota que as entidades que prestam “serviços de abordagem de rua” são as que aparecem em menor número (282 entidades).

² Cabe destacar que 26,5% das entidades se definiram como outras, ou seja, não marcaram nenhuma das opções disponíveis no questionário.

Gráfico 9 - Número de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, segundo os principais serviços realizados pela entidade - Brasil - 2006



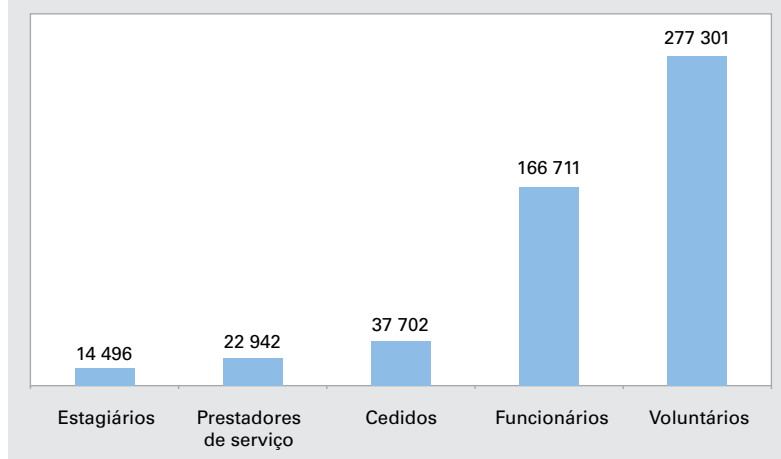
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Recursos humanos

Dos 519 152 colaboradores que atuam nas entidades, os voluntários constituem a maior parte, respondendo por 53,4% do total. Em relação à escolaridade, dos 277 301 voluntários no País, 126 431, ou a maioria, têm nível médio (45,5% do total), enquanto 76 409 têm somente nível fundamental (27,5%). Em número muito semelhante, 74 461 têm formação superior (26,8%).

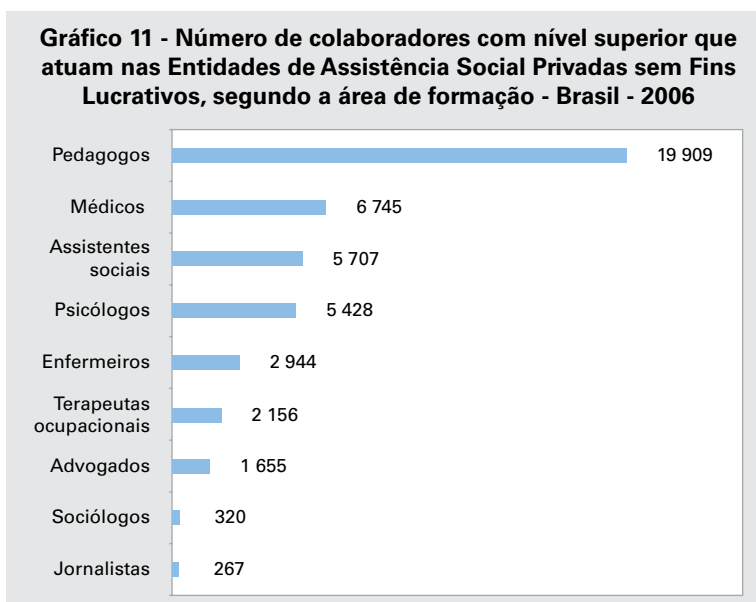
Dos não-voluntários, quadros profissionalizados das entidades, que somam 241 851 pessoas, 96 150 (39,8%) têm nível médio, 61 105 (25,3%) nível fundamental e 84 596 (35%) nível superior. As entidades possuem 166 711 funcionários com vínculos empregatícios, além de possuir em seus quadros 22 942 prestadores de serviços, 37 702 cedidos de outras instituições e 14 496 estagiários, sendo estes remunerados ou não, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Número de colaboradores que atuam nas Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, segundo o regime de contratação - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

No que se refere à formação dos profissionais não-voluntários com nível superior que atuam nas entidades, os mais representativos são os Pedagogos (19 909 profissionais), Médicos (6 745), Assistentes Sociais (5 707) e Psicólogos (5 428), conforme o Gráfico 11.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.